

A importância das competências sociais na educação na educação do/no campo

Andreia do Nascimento Lima
Henrique Tahan Novaes

Como citar: LIMA, Andreia do Nascimento; NOVAES, Henrique Tahan. A importância das competências sociais na educação do/no campo. *In:* BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael; MIGUEL, Priscila Caroline; SILVA, Matheus Estevão Ferreira da (org.). **A formação ética do educador em contextos diversos.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.133-148. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-473-8.p133-148>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A Importância das Competências Sociais na Educação DO/NO Campo

*Andreia do Nascimento LIMA*⁷

*Henrique Taban NOVAES*⁸

Introdução

A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, preparando para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205).

A educação do campo, resultado de um processo histórico marcado por lutas, teve que conquistar seu espaço educacional diante da exclusão e do esquecimento dos povos do campo, frente aos avanços das cidades dominadas pela elite oligárquica. Conforme Benincá (2013), os camponeses brasileiros historicamente foram

⁷ Mestranda em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: an.lima@unesp.br

⁸ Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, São Paulo, Brasil. E-mail: henrique-tahan.novaes@unesp.br

privados do direito à educação básica, superior, continuada e de qualidade, o que gerou desigualdades sociais imensuráveis. Nas últimas duas décadas, os movimentos sociais desencadearam debates e lutas que resultaram em projetos, programas e políticas de educação do/no campo, associados a outras políticas necessárias para melhorar as condições de trabalho e vida dos camponeses.

Caldart (2009) afirma que a Educação do Campo nasceu como uma crítica à educação brasileira, em especial à situação educacional do povo que trabalha e vive no/do campo. Enquanto crítica da educação em uma realidade historicamente determinada, ela luta por uma concepção de educação (e de campo). Assim, a concepção de educação do campo veio para romper com a noção de educação rural e com a ideia de que o campo é um lugar meramente de produção de matérias-primas, onde a educação deve ser de transferência de conhecimentos sem levar em consideração o território onde esses sujeitos estão inseridos.

A educação do campo contrapõe-se a esse modelo de educação rural, onde o ensino é pensado para a formação de mão de obra que precisa atender ao capital agrário, buscando uma formação de sujeitos protagonistas, com pilares ancorados na cultura e na tradição dos saberes populares.

Para Santos e Neves (2012), a Educação do/no Campo se firma na defesa de um país vinculado à construção de um projeto de desenvolvimento, no qual a educação é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade. Sendo a escola um espaço de análise crítica, esta deve levar a uma proposta de educação que transforme a realidade dos sujeitos do campo em todas as suas

dimensões (sociais, ambientais, culturais, econômicas, éticas e políticas).

A compreensão de educação do/no campo vai muito além de um projeto ou uma política, mas de um fenômeno da realidade que é vivida e sentida pelos sujeitos do campo e suas relações entre si e com meio. Segundo Caldart (2012, p. 259), “a Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação”.

A escola do/no campo se designa aquela “situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo” (BRASIL, 2010). Dessa forma, concebe-se a educação dos povos do campo, também denominada de Educação do/no Campo, conforme Scalabrin (2011, p. 18):

[...] na expressão do e no campo, em que no campo, indica a necessidade da escola estar localizada no espaço geográfico, político e social do campo, possibilitando a apropriação e sistematização do conhecimento produzido no âmbito da ciência; e, do campo, representa a educação construída/produzida com as populações do campo, a partir de seus interesses e necessidades, implicando na estruturação de um currículo que priorize e valorize os valores expressos por essas populações. A concepção de Educação do e no Campo pressupõe o desenvolvimento de protagonismo e de participação efetiva e crítica dos sujeitos, enquanto produtores de sua história, de lutas sociais, com acúmulo de conhecimento sobre a vida e o meio em que vivem e trabalham.

Portanto, é necessário entender a importância do lugar onde ocorre a educação dos povos do campo. A educação deve acontecer no local onde se vive, repleto das suas culturas, necessidades e vivências humanas e sociais. Fazer a educação do/no campo onde a população se afasta de seu próprio lugar dificulta a construção de sua identidade. Portanto, a educação destinada ao meio rural precisa ser compreendida como educação do/no campo para que os sujeitos possam se enxergar como cidadãos e não como excluídos por não viverem nas cidades.

Além disso, é preciso entender quem são os sujeitos da educação do/no campo. Os povos do campo não são apenas os agricultores familiares. As populações do campo incluem agricultores familiares, extrativistas, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e todos que produzem suas condições materiais de existência a partir do meio rural.

Os sujeitos do campo têm como característica lutar pelo direito à terra, à floresta, à água, à alimentação e à educação para recriar suas pertencas, reconstruindo a sua identidade com a terra e com sua comunidade, pois os sentimentos dos que vivem na e da terra, com todo o ecossistema, não são os mesmos dos que vivem na cidade (BRASIL, 2003).

Essa educação reivindicada pelos agricultores, essencialmente os agricultores familiares, precisa ser diferenciada, relativa à sua realidade e libertadora. O modo de viver e pensar dos povos do campo difere-se em vários aspectos daqueles que vivem nas áreas urbanas, sendo assim necessária uma educação voltada para seu cotidiano,

tornando-a significativa e capaz de fazer este sujeito transformar seu ambiente (PUHL; PAULI; MORAES, 2020).

Macedo, Amorim e Silva (2020) enfatizam que é fundamental que a educação valorize o campo como espaço de produção de existência, possibilitando a aprendizagem significativa para a formação dos sujeitos do campo, onde o professor possa organizar suas práticas com base nesse conceito.

A educação do/no campo é um processo que deve considerar as especificidades do meio rural e o contexto social em que os estudantes estão inseridos. Assim, a formação de competências sociais é fundamental para que os estudantes desenvolvam habilidades que os ajudem a lidar com os desafios e as oportunidades que se apresentam em suas comunidades.

As competências sociais são importantes porque ajudam os estudantes a desenvolver habilidades de comunicação, colaboração, liderança e resolução de problemas. Essas habilidades são essenciais para que os estudantes possam se envolver em ações coletivas e colaborativas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Além disso, as competências sociais também ajudam os estudantes a lidar com conflitos e a desenvolver relações saudáveis e respeitadas com outras pessoas.

Nesse sentido, é importante que os planos educacionais e os projetos pedagógicos da educação do/no campo contemplem o desenvolvimento de competências sociais como parte essencial da formação dos estudantes. É necessário que os educadores sejam capacitados e estejam preparados para trabalhar com essas competências, considerando as especificidades do contexto rural e a realidade das comunidades em que os estudantes estão inseridos.

Por fim, é fundamental destacar a importância da participação dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil na construção dos planos educacionais e projetos pedagógicos das escolas do/no campo. Esses grupos podem contribuir para a construção de uma educação que esteja alinhada com as necessidades e expectativas das comunidades rurais, contribuindo para a formação de estudantes comprometidos com o desenvolvimento sustentável de suas regiões.

A educação do/no campo deve ser pautada na formação integral dos estudantes, contemplando não apenas as competências técnicas, mas também as competências sociais. Como afirma o Ministério da Educação, “é preciso levar em consideração as especificidades dos contextos rurais, promovendo uma educação contextualizada, que contribua para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à vida no campo” (MEC, 2021).

Segundo a UNESCO, “as competências sociais são fundamentais para que os indivíduos possam interagir de forma efetiva com os outros e com o meio em que vivem, construindo relações de confiança, respeito e cooperação” (UNESCO, 2016, online). Nesse sentido, a educação do/no campo deve contemplar o desenvolvimento de competências como a capacidade de comunicação, de trabalho em equipe, de resolução de conflitos e de liderança.

Além disso, é importante ressaltar que a construção de uma educação pautada nas competências sociais deve ser fruto de um processo coletivo, que envolva os diferentes atores da comunidade escolar e os movimentos sociais do campo. Como aponta o texto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária,

[...] a ampla participação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil na construção dos Planos Estaduais e Municipais é fundamental para que a identidade do campo na sua complexa diversidade e o compromisso com um projeto de desenvolvimento sustentável para o mesmo estejam intrinsecamente articulados aos projetos pedagógicos dos Estados e Municípios brasileiros (INCRA, 2016, online).

Em suma, a promoção das competências sociais na educação do/no campo é essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes, bem como para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Esse processo deve ser construído de forma coletiva e contextualizada, levando em consideração as especificidades dos contextos rurais e a participação ativa dos movimentos sociais e da comunidade escolar.

Além disso, o desenvolvimento de competências sociais pode contribuir para a construção de uma identidade coletiva do campo, como destacado por Gomes (2011), ao afirmar que “o ensino no/do campo precisa ser desenvolvido a partir de uma pedagogia que valorize as identidades locais e regionais, que reconheça as especificidades e as diversidades e que promova a construção de uma identidade coletiva, o que implica em pensar em competências e habilidades para a vida em comunidade”.

Dessa forma, é importante que as escolas do/no campo incluam em suas propostas pedagógicas o desenvolvimento de competências sociais, por meio de práticas educativas que envolvam a participação ativa dos estudantes em projetos e atividades que visem à promoção do diálogo, da cooperação, da solidariedade e da resolução de conflitos de forma pacífica e democrática.

Assim, é possível afirmar que o desenvolvimento de competências sociais é essencial na educação do/no campo, pois contribui para a formação integral dos estudantes, para a construção de uma identidade coletiva e para a promoção de práticas educativas contextualizadas e significativas para a realidade dos estudantes.

Competências Sociais Para Transformação dos Sujeitos da Educação DO/NO Campo

O sistema educacional brasileiro, e mais precisamente a educação do/no campo, enfrenta inúmeros problemas e desafios. Entre eles, destaca-se a formação de todos os envolvidos no processo educacional e a compreensão das competências sociais na valorização dos sujeitos, que podem contribuir para o enfrentamento desses desafios, respeitando as particularidades de cada contexto.

Para que ocorra um processo de ensino/aprendizagem significativo, a educação deve contextualizar o viver do educando, de modo que ele se perceba inserido dentro desse processo de ensino e possa refletir e ser a mudança em seu local de vida. Moraes e Barbosa (2021), com base em Piaget (1998), afirmam que o centro do processo de ensino/aprendizagem é a interação social, um dos princípios da aprendizagem cooperativa. Ao propor dinâmicas de trabalhos em grupos geradoras de conflitos sociocognitivos, que conduzem à reestruturação da aprendizagem mediante a busca de novas soluções e assimilação de perspectivas diferentes das próprias, favorecem aos alunos o desenvolvimento de capacidades comunicativas para a participação em discussões e debates.

Partindo dessa perspectiva, o uso da aprendizagem cooperativa na educação do campo proporcionará aos sujeitos o

desenvolvimento de habilidades tais como o senso crítico, a aceitação das opiniões dos colegas que divergem das suas e a construção de consenso.

Segundo Moraes e Barbosa (2021), a aprendizagem cooperativa, que se orienta pela cooperação entre os sujeitos, contempla a formação de grupos, a participação equitativa e a igualdade de oportunidades. Para que a cooperação ocorra, é preciso saber cooperar, ou seja, colocar em ação diferentes habilidades sociais.

Compreendendo que além da escolarização formal, a educação deve se dirigir às experiências pessoais concretas para uma formação crítica dos educandos, permitindo o acesso a conhecimentos e instrumentos que os auxiliem na ampliação da compreensão da realidade sociocultural no contexto do campo e da luta pela terra. Isso possibilita pensar de forma autônoma a elaboração e implementação de propostas e ações que contribuam para a transformação da realidade dos povos do campo, com o uso do método da aprendizagem cooperativa. Assim como Moraes e Barbosa (2021) afirmam, o sujeito acessa um nível de rendimento superior ao individual, pois a produção coletiva é superior à soma da capacidade individual.

A luta dos movimentos sociais do campo por uma educação do/no campo parte da visão de construir um conhecimento libertador embasado na participação, na organização e no fortalecimento dos sujeitos. Os movimentos sociais do campo têm lutado por uma educação que considere as especificidades do campo, suas culturas e saberes, e que possa contribuir para a transformação da realidade social, política e econômica na qual estão inseridos. Nessa perspectiva, a educação do/no campo é entendida como um processo de

construção coletiva, que valoriza as experiências e saberes dos sujeitos do campo, e que busca superar as desigualdades sociais, econômicas e culturais existentes entre o campo e a cidade.

Assim, a participação, organização e fortalecimento dos sujeitos são fundamentais para a construção de uma educação do/no campo emancipatória e transformadora. A participação dos sujeitos do campo na elaboração das políticas educacionais e no planejamento pedagógico das escolas é um passo importante para que sejam consideradas as suas demandas, necessidades e realidades. A organização dos sujeitos do campo, por meio dos movimentos sociais, é uma forma de fortalecer a luta por uma educação do campo e por uma sociedade mais justa e igualitária. A partir desse fortalecimento, é possível estabelecer diálogos com outras organizações e movimentos sociais, bem como pressionar os governos por políticas públicas que atendam às demandas do campo.

Além disso, a valorização dos saberes dos sujeitos do campo é uma forma de reconhecimento da diversidade cultural e de combate ao preconceito e à discriminação. A educação do campo deve considerar os saberes locais, as práticas agrícolas e os modos de vida das comunidades do campo, o que pode contribuir para uma relação mais harmoniosa e sustentável entre seres humanos e natureza. A valorização desses saberes pode contribuir também para a formação de sujeitos mais críticos e reflexivos, capazes de pensar a realidade social e de atuar de forma consciente e transformadora.

Portanto, a construção de uma educação do campo que contemple as competências sociais é um desafio para a sociedade como um todo, que deve se mobilizar para garantir o acesso à educação de qualidade para todos, independentemente de onde

vivem. A educação do campo pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que valorize as diferenças culturais e que respeite a diversidade de modos de vida.

As competências sociais têm se mostrado cada vez mais importantes no contexto educacional, especialmente no campo. Nesse sentido, é fundamental que os professores e demais profissionais da educação atuem como mediadores e estimulem o desenvolvimento dessas habilidades nos estudantes.

No campo, as relações sociais podem ser bastante diferentes das urbanas, pois muitas vezes os estudantes vivem em comunidades menores e mais próximas. Assim, é importante que os profissionais da educação estejam atentos às peculiaridades desse contexto e trabalhem de forma a desenvolver competências que permitam aos estudantes conviverem de forma harmoniosa e cooperativa.

Aprender a reconhecer e expressar emoções, cuidar dos outros, tomar boas decisões, comportar-se com responsabilidade e desenvolver comportamentos assertivos e colaborativos são algumas das habilidades que podem ser desenvolvidas por meio do aprendizado socioemocional. Além disso, outras habilidades socioemocionais como empatia, extroversão, autoconfiança, autocontrole, comunicação intra e interpessoal, engajamento e persistência e abertura para outras experiências são importantes para a construção de relações saudáveis e positivas.

O desenvolvimento dessas habilidades pode ser estimulado por meio de atividades que envolvam a cooperação e a interação entre os estudantes. As técnicas de grupo, por exemplo, podem ser utilizadas para favorecer o desenvolvimento das competências sociais,

desde que integradas a uma prática coerente do professor que seja respeitosa, democrática e justa.

Além disso, é importante que os professores estejam atentos às relações entre os estudantes, promovendo a convivência harmoniosa e o respeito mútuo. O ambiente escolar pode ser um espaço propício para o desenvolvimento dessas habilidades, desde que os profissionais da educação estejam preparados para lidar com os desafios que surgem no dia a dia.

Dessa forma, a importância das competências sociais na educação do/no campo está diretamente relacionada à construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Através do desenvolvimento dessas habilidades, os estudantes podem aprender a conviver de forma harmoniosa e cooperativa, o que é fundamental para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais solidária e democrática.

As competências sociais, ao contrário das habilidades técnicas e cognitivas, não são facilmente mensuráveis por testes padronizados. Elas envolvem habilidades como empatia, respeito, solidariedade, cooperação, liderança, comunicação e resolução de conflitos, entre outras. Essas habilidades são cruciais para o desenvolvimento de indivíduos capazes de compreender e atuar no mundo de forma ética e responsável, criando soluções criativas e inovadoras para os desafios que se apresentam.

Somado a isso, as competências sociais também são essenciais para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática, uma vez que permitem que as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas. Através da promoção de uma educação que valorize a diversidade cultural e a inclusão, é possível promover o desenvolvimento de uma

sociedade mais justa e equitativa, que respeita e valoriza a pluralidade de experiências e vivências.

Assim, é importante que as escolas do campo desenvolvam estratégias pedagógicas que promovam o desenvolvimento dessas competências, levando em conta as especificidades e desafios do contexto rural. É preciso considerar as demandas e as expectativas das comunidades locais, além de estabelecer um diálogo constante com os movimentos sociais do campo, de forma a garantir uma educação que esteja alinhada aos anseios e necessidades desses sujeitos. Somente dessa forma será possível construir uma educação do/no campo capaz de promover o desenvolvimento humano e social em suas múltiplas dimensões.

Referências

BENINCÁ, Dirceu. Educação do campo: novo paradigma teórico, metodológico e político. *In*: Seminário Regional de Educação do Campo, 1., 2013, Erechim. **Apresentação de grupo de trabalhos [...]**. Disponível em: Regional_Erechim_2013 (5).pdf (ufsm.br). Acesso em: 20 de março de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo**. Caderno de subsídios. Brasília, 2003.

_____. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 5 nov. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 15 de março de 2023.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mar./jun., 2009.

_____. Educação do campo. *In*: CALDART, Roseli Salete; FRIGOTTO, Gaudêncio; ALENTEJANO, Paulo; PEREIRA, Isabel Brasil. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

GOMES, L. M. S. Educação do campo: competências e habilidades para a vida em comunidade. *In*: FERREIRA, A. L. C.; SOUSA, J. L. A. (Orgs.). **Desafios contemporâneos da educação no/do campo**. Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 53-69.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Educação do campo: contribuições e desafios para uma educação de qualidade**. Brasília: INCRA, 2016.

MACEDO, Flávio Xavier; AMORIM, Livia dos Reis; SILVA, Luciana Alexandre do Nascimento. Educação do Campo: Contribuições do Educador Paulo Freire. *In*: Congresso Nacional de Educação, 7., 2020, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: Educação como (re) Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos, 2020. p. 1-12.

MEC (Ministério da Educação). (2021). **Educação do campo**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-do-campo>. Acesso em 07 de abril de 2023.

MORAIS, Alessandra; BARBOSA, Laís Marques. Aprendizagem Cooperativa: conceitos básicos, fundamentação, elementos essenciais, técnicas e métodos. *In*: MORAIS, Alessandra; BARBOSA, Laís Marques; BATAGLIA, Patrícia Unger Raphael; MORAIS, Mariana Lopes. (Orgs.). **A Aprendizagem Cooperativa: fundamentos, pesquisas e experiências educacionais brasileiras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

PUHL, Gabrieli Talis; PAULI, Diandra Laís; MORAES, Cléia dos Santos. Concepções da Educação do Campo. *In*: Congresso Nacional de Educação, 7., 2020, Maceió. **Anais** [...]. Maceió: Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos, 2020. p. 1-12.

SANTOS, Edinéia Oliveira; NEVES, Márcia Luzia. EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: reflexões e proposições. **Entrelaçando – Revista Eletrônica de Culturas e Educação**, ano 3, v. 1, n. 6, p. 1-10, set./dez. 2012.

SCALABRIN, Rosemeri. **Diálogos e Aprendizagens na formação em agronomia para assentados**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

UNESCO. **Competências sociais: uma nova perspectiva para a educação**. 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244973>. Acesso em: 08 de abril de 2023.

